

Trabalho de cuidados no cotidiano das mulheres rurais

*Karolyna Marin Herrera*¹

Universidade Federal de Santa Catarina

*Sarah Luiza de Souza Moreira*²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo reflete sobre o trabalho de cuidados realizado por mulheres em contextos rurais, a partir das contribuições de feministas que fazem interface com as temáticas de gênero e trabalho. Por meio da análise da experiência no trabalho cotidiano de agricultoras do Oeste Catarinense e da observação e análise dos relatos das agricultoras no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), buscou-se compreender a complexidade do trabalho de cuidados em contextos rurais. Os resultados indicam que a particularidade do cuidado no meio rural envolve dedicação constante das mulheres a humanos e não humanos. Para além do cuidado com as pessoas, são incorporados os cuidados com plantas, animais e territórios. A pesquisa evidencia também a sobrecarga gerada pela ausência de serviços públicos e destaca os cuidados como eixo estruturador da vida nas unidades familiares rurais, articulando o trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano dessas mulheres.

Palavras-chave: gênero; trabalho de cuidados; agricultura familiar; mulheres rurais.

¹ Professora do Departamento de Desenvolvimento Rural e Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Sociologia Política/UFSC. Coordenadora do Laboratório de Estudos Rurais (LERU).

² Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Militante da Marcha Mundial das Mulheres e integrante da coordenação ampliada do Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

Care work in the daily lives of rural women

Abstract: This article reflects on the care work performed by women in rural contexts, drawing on feminist contributions that interface with gender and labor issues. Through the analysis of the daily work experience of women farmers from Western Santa Catarina and the observation and analysis of the farmers' narratives within the Women's Working Group (GT Mulheres) of the National Agroecology Articulation (ANA), the study sought to understand the complexity of care work in rural contexts. The results indicate that the particularity of care in rural areas involves the constant dedication of women to both humans and non-humans. Beyond caring for people, care for plants, animals, and territories is also incorporated. The research also highlights the overload generated by the lack of public services and emphasizes care as a structuring axis of life in rural family units, articulating both productive and reproductive work in the daily lives of these women.

Keywords: gender; care work; family farming; rural women.

Trabajo de cuidados en la vida cotidiana de las mujeres rurales

Resumen: Este artículo reflexiona sobre el trabajo de cuidados realizado por mujeres en contextos rurales, a partir de contribuciones feministas que abordan género y trabajo. Mediante el análisis de la experiencia en el trabajo cotidiano de agricultoras del oeste de Santa Catarina y de la observación y análisis de los relatos de las agricultoras en el ámbito del Grupo de Trabajo (GT) Mujeres de la Articulación Nacional de Agroecología (ANA), se buscó comprender la complejidad del trabajo de cuidados en estos contextos. Los resultados indican que la particularidad del cuidado rural implica dedicación constante de las mujeres a humanos y no humanos. Además del cuidado de las personas, se incluyen cuidados de plantas, animales y territorios. La investigación evidencia también la sobrecarga generada por la ausencia de servicios públicos y destaca los cuidados como eje estructurador de la vida en las unidades familiares rurales, articulando el trabajo productivo y reproductivo en el cotidiano de estas mujeres.

Palabras clave: género; trabajo de cuidados; agricultura familiar; mujeres rurales.

Refletir sobre o cotidiano da vida das mulheres em contextos rurais implica no dilema de como lidar com as exigências do trabalho e das famílias, que são conflitantes e que, muitas vezes, parecem inconciliáveis. No âmbito da agricultura familiar, o trabalho produtivo, os serviços públicos, privados e o trabalho reprodutivo³ são combinados para que uma melhor qualidade de vida seja possível. Para isso, as mulheres geralmente disponibilizam permanentemente o seu tempo para se dedicar à família, sendo que, geralmente, esta dedicação se estende para além da família, envolvendo o entorno da unidade familiar, a família estendida, a rede de sociabilidade das mulheres nas comunidades e nos seus territórios. A sobrecarga de trabalho a que estão submetidas as mulheres, reflete, em função do patriarcado e sua materialização na divisão sexual do trabalho⁴, em uma dedicação das mulheres quase em tempo integral às necessidades da família e da unidade familiar. Vale destacar que consideramos aqui patriarcado como uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres (DELPHY, 2015).

Esta dedicação se constitui, muitas vezes, em um impedimento para prosseguir na formação escolar, para usufruir de tempo para si, para utilizar o tempo para o lazer, para melhorar a qualificação profissional, para participar de espaços coletivos e políticos, ou seja, para construir um projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias, da unidade familiar e da comunidade. Esta situação se agrava com a invisibilidade e a desvalorização do papel que as mulheres têm na sociedade, no que concerne às atividades que exercem no âmbito produtivo na agricultura e, principalmente, às tarefas no trabalho reprodutivo, que envolvem as atividades domésticas e de cuidados.

Torna-se imperativo problematizar a ampla variedade de significados na construção de saberes e competências, nas negociações sobre as relações e as práticas do trabalho para desconstruir a tradicional naturalização do papel da mulher como a única responsável pelo trabalho reprodutivo, por ocupar o lugar de “mãe”, “esposa” ou da “dona de casa”. Também é necessário descortinar os aspec-

³ Neste texto, usamos o termo trabalho produtivo no sentido de trabalho que gera renda, direta ou indireta, ou seja, as atividades voltadas para a produção de bens e serviços que têm valor no mercado e que podem ser comercializados. O termo trabalho reprodutivo, por sua vez, consideramos como as atividades necessárias para a manutenção da vida cotidiana, que muitas vezes são realizadas de forma não remunerada. Isso inclui o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados, que garantem a reprodução social e a continuidade da vida. Vale destacar que a produção para autoconsumo é um exemplo do quanto os trabalhos considerados produtivos e reprodutivos são indissociáveis, especialmente na realidade das mulheres rurais.

⁴ Quando falamos em divisão sexual do trabalho, temos a definição de Kergoat (2009) como referência. Segundo a autora, a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2009).

tos que invisibilizam a atuação das agricultoras no trabalho produtivo, valorizando o papel que desempenham também nos sistemas produtivos nas unidades familiares rurais.

Ao voltar o olhar para a experiência das mulheres no cotidiano, verifica-se que o cotidiano do trabalho, sobretudo no âmbito das relações familiares, afetivas e domésticas, não têm recebido atenção expressiva de pesquisadores/as nos estudos rurais brasileiros. A visão dominante nesta área do conhecimento é caracterizada a partir da experiência masculina e na experiência da família rural, como se essa se tratasse de um todo coeso, e mesmo que o foco de análise seja a família rural, os estudos usualmente retratam a família representada pela ideia do chefe de família, representada pelo homem, pelo pai ou marido. A tendência de retratar as relações em contextos rurais a partir da experiência masculina tem focado a importância no caráter do trabalho considerado produtivo da agricultura, ou seja, na produção para a comercialização, como, por exemplo, no estudo de Amorim e Bacha (2022).

Com objetivo de contribuir para uma reflexão feminista atual sobre o trabalho das mulheres rurais, este texto parte dos seguintes questionamentos: Quando o trabalho de cuidados passou a ser incorporado na reflexão sobre as mulheres nos estudos rurais brasileiros? Como é compreendido o trabalho de cuidados realizado pelas mulheres rurais no cotidiano? Para responder a essas questões, a próxima seção do artigo examina como as mulheres passaram a ser vistas como sujeitos de pesquisa nos estudos rurais, com um enfoque particular na problemática do trabalho. Ao refletir sobre o trabalho, as contribuições recentes de teóricas feministas são mobilizadas. Na segunda seção, o artigo explora a contribuição teórica do trabalho de cuidados. A seguir, após a descrição do percurso metodológico, o trabalho de cuidados no cotidiano das mulheres rurais é analisado, com base na experiência de mulheres do Oeste de Santa Catarina e na experiência de mulheres rurais do movimento agroecológico, reunidas em torno do Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Gênero e trabalho no meio rural brasileiro

Os primeiros estudos sobre as mulheres nos estudos rurais no Brasil ocorreram no bojo do debate sobre o modo de produção capitalista (PAULILO, 2016). A preocupação se voltava sobre o seu ingresso como assalariadas no campo, assim como sobre a sua posição subordinada na lavoura ou no roçado, sendo a casa considerada como o lugar da mulher por excelência.

As mulheres, e também os jovens, idosos e crianças, passam a ser sujeitos de análise a partir dos anos 1970, considerados até aquele momento apenas como integrantes do núcleo doméstico. Paulilo (1976) afirma que, um dos primeiros trabalhos a tratar especificamente da mulher rural⁵, foi uma publicação de Paul Singer e Felícia Madeira em 1973, que refletia sobre a estrutura do emprego e do trabalho feminino no Brasil entre os anos de 1920 e 1970. Nesta publicação, segundo Paulilo (1976), os/as autores/as apontavam que, nos cinquenta anos de levantamentos de dados dos Censos Agropecuários, a mulher encontrava um lugar restrito à produção de subsistência e à atividade doméstica. Esta constatação, apesar de denotar certa previsibilidade, já apresentava algo inédito, representado

⁵ Naquele período, era comum usar o termo 'mulher' no singular. Atualmente, ao discutir os estudos sobre as mulheres, utilizamos o termo no plural para destacar a diversidade e as diferentes experiências que elas representam.

pela preocupação em refletir sobre a condição da mulher no meio rural. As mulheres eram estudadas somente como parte das famílias e como integrantes das comunidades rurais, mas nunca como sujeitas principais de estudo ou mesmo como protagonistas nas relações de trabalho na unidade familiar.

As reflexões sobre as mulheres se multiplicaram no Brasil, principalmente após 1975, Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, a ênfase das feministas recaiu quase exclusivamente sobre as mulheres urbanas e operárias. Paulilo (2016) observa uma dupla marginalização na produção acadêmica naquele período, pois a maioria dos estudos sobre o meio rural negligenciava a situação das mulheres e a condição das agricultoras ocupava lugar marginal na produção feminista. Estes trabalhos pioneiros, que coincidem com o que se convencionou chamar naquele momento como a segunda onda do feminismo, vieram a preencher esta importante lacuna nas reflexões acadêmicas.

No ano de 1975, Verena Martinez-Alier publicou um trabalho sobre as mulheres trabalhadoras volantes, mostrando que havia uma maior intensidade de trabalho assalariado feminino nas atividades sazonais de colheita quando se verificava falta de mão de obra masculina. Segundo a autora, isso ocorria em virtude da expansão industrial intensificada na década de 1950 no Brasil, quando os homens passaram a se dedicar aos trabalhos na cidade, principalmente na construção civil. Duas particularidades interessantes foram apontadas nesta pesquisa: a primeira, refere-se à natureza do trabalho das mulheres rurais que não tem o seu caráter alterado, ou seja, na ausência dos homens as mulheres seguiram realizando as mesmas atividades cotidianas na unidade familiar, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo, o que mostra que a responsabilização pelas tarefas não altera na ausência do homem; e a segunda particularidade enfatiza o fato de, apesar de as mulheres ocuparem gradativamente mais postos de trabalho, a sua introdução no mercado não alterou as definições de seus papéis sexuais e a estrutura da organização familiar (MARTINEZ-ALIER, 1975).

No ano de 1976, Maria Ignez Paulilo analisou o grau de inserção das mulheres no mercado de trabalho em diferentes categorias socioeconômicas do rural, assim como os principais fatores pelos quais ocorriam, ou não, as suas participações nas atividades produtivas. Em diálogo com as contribuições de feministas marxistas, como Heleieth Saffioti (1969) e Eva Blay (1975), a autora propôs a separação dos tipos de trabalho das mulheres em: trabalho doméstico (atividades de lavar e passar roupa; cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa, costurar e cuidar das crianças); trabalho produtivo dentro do lar (cuidados com a horta e com os animais domésticos - naquele momento a autora analisou a horta como parte do lar, como uma extensão da casa); e trabalho produtivo fora do lar (atividades realizadas na roça). Ao propor esta separação, a autora promoveu o reconhecimento do trabalho produtivo realizado dentro da casa, já que alguns produtos resultantes destas atividades, tais como queijos, hortaliças e legumes, podem ser vendidos (PAULILO, 1976).

Contudo, Paulilo (1976) afirma que a denominação adotada por ela e outras autoras não era consenso na época. Carmen Deere, no mesmo ano, publicou um artigo defendendo que a produção para subsistência na horta e o manejo de pequenos animais realizado pelas mulheres fornecia mais-valia mesmo que seus produtos não fossem vendidos, porque este tipo de produção permitia ao homem vender a sua força de trabalho a preços mais baixos. Assim, a preocupação girava em torno da categorização das atividades exercidas pelas mulheres no seu cotidiano como produtivas, improdutivas ou reprodutivas.

Os primeiros estudos que se preocuparam em analisar a situação das mulheres no meio rural revelam a busca das pesquisadoras à época por compreender a situação de subordinação das mulheres nas relações de trabalho na unidade familiar (incluindo o ambiente doméstico) e no trabalho formal, o que não difere muito dos interesses de pesquisas atuais. Mesmo que muitas das condições de vida das mulheres rurais continuem desafiadoras e marcadas pela sobrecarga de trabalho, podemos afirmar que suas lutas coletivas, a exemplo da Marcha das Margaridas, possibilitaram que hoje haja um maior reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais expressa em uma série de políticas públicas específicas de crédito, acesso à terra, assistência técnica, entre outras. Contudo, as transformações não se deram em pé de igualdade com as reivindicações das mulheres. Muitos dos desafios daquele momento permanecem até hoje. Mas podemos afirmar que de lá para cá a lente analítica utilizada para compreender essas realidades passou por profundas mudanças.

A partir da década de 1980, as especificidades dos grupos rurais passaram a ser estudados pelos/as pesquisadores/as em função das mudanças paradigmáticas nos estudos do rural brasileiro, que buscavam compreender a revitalização dos movimentos sindicais e o surgimento dos novos movimentos sociais no campo nos anos 1980 (WANDERLEY, 2011). Assim, as especificidades de grupos sociais rurais - anteriormente analisados no contexto da família camponesa - começaram a ganhar, a partir dessa década, o status de reflexões a partir de realidades específicas, no qual os papéis, espaços e contextos simbólicos e sociais destes sujeitos passaram a ser interpretados.

Em paralelo, a partir dos anos 1980, a literatura feminista começou a fazer uso da categoria gênero para interpretar as desigualdades socialmente construídas nas relações sociais entre homens e mulheres (PEDRO, 2005), passando a ser empregada, também, nos estudos rurais. Como resultado desta perspectiva de análise, atribuíram-se significados culturais e sociais para as diferenças entre os sexos. Tais concepções contribuíram para a interpretação de novos sentidos a essas diferenças, compreendendo tais relações de gênero como relações hierárquicas de poder, conforme definição de Joan Scott (1995).

Cordeiro e Russel Parry Scott (2007), ao referirem-se às produções acadêmicas sobre as relações de gênero no meio rural nos anos 1980, destacam que há três vertentes de estudos principais, que por vezes se cruzam e, por outras, correm em paralelo: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre o campesinato, ribeirinhos(as), populações indígenas, etc. (CORDEIRO e SCOTT, 2007). Vale ressaltar que a primeira vertente é a mais preponderante nas pesquisas desde os anos 1980.

Alguns estudos são representativos da preocupação iniciada na década de 1980, tais como os de Heredia, Garcia e Garcia (1984) sobre os pequenos produtores e produtoras; a pesquisa realizada por Carneiro (1981), que destacou, além da desvalorização do trabalho das mulheres (com ideia do não trabalho) e a existência de uma relação hierárquica entre o trabalho realizado no espaço público e o trabalho realizado no privado; e a contribuição crítica de Paulilo (1987) acerca da caracterização em “trabalho leve” e “trabalho pesado” realizado pelas mulheres rurais.

Estes estudos revelam que a relação de subordinação das mulheres na estrutura familiar, pautada pela divisão sexual do trabalho, resulta no não reconhecimento do seu trabalho, configurando-se, assim, a invisibilidade do papel social e

econômico das mulheres, situação na qual as mulheres são constantemente caracterizadas como “ajudantes” de seus pais ou esposos. Adicionalmente, a situação subordinada das mulheres extrapola a relação familiar, estando presente também na comunidade, conforme aponta o estudo de Woortmann (1995), que demonstra que muitas mulheres não são nem mesmo reconhecidas pelo seu próprio nome, mas sim como “filhas de” ou “esposas de”.

É perceptível, então, que as pesquisas que se utilizam do gênero como categoria analítica extrapolam as interpretações exclusivamente essencialistas ou econômicas da desigualdade entre homens e mulheres, ainda que estejam fortemente pautadas na reflexão sobre o reconhecimento das agricultoras como trabalhadoras rurais. Isso quer dizer que ao problematizar a relação entre o trabalho e as mulheres no espaço rural, as pesquisadoras que lançam mão da abordagem de gênero afirmam a necessidade de visibilizar os aspectos culturais e simbólicos relacionados à produção material da vida.

A partir da constatação dos componentes culturais e simbólicos que buscam compreender o lugar subalterno imposto às mulheres pelo patriarcado e pela divisão sexual do trabalho, alguns estudos ressaltam a importância da autonomia econômica para modificar a relação de subordinação social a que estão sujeitas as mulheres. Tal afirmação se sustenta pelo fato de se perceber que o acesso à renda, a partir do trabalho, possibilitaria maior poder de decisão e de gestão no interior das famílias⁶. Essas análises são pautadas em noções como autonomia ou empoderamento através da renda.

É inegável que o trabalho cotidiano das mulheres implica na consideração da importância das atividades vinculadas à esfera reprodutiva e na importância de sua atuação na esfera produtiva, que garante a reprodução econômica, social e biológica e o bem-estar das pessoas e que fundamenta e dá sustentação ao trabalho familiar na agricultura. Observa-se, neste sentido, a preocupação de algumas pesquisadoras em explorar, principalmente a partir dos anos 2000, a compreensão do lugar das mulheres na articulação da produção e reprodução familiar, em particular, analisando as atividades vinculadas ao trabalho doméstico, como apontam os levantamentos bibliográficos realizados por Salvaro, Estevam e Fernandes Felipe (2012) e por Gomes, Nogueira e Toneli (2016).

Contudo, se os estudos que articulam o trabalho produtivo e reprodutivo foram uma nova tendência nos início dos anos 2000 observou-se, por sua vez, uma excessiva produção de estudos descritivos, que se limitam a explicitar como se dá a atuação das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas em diferentes contextos sociais e geográficos, sem a contrapartida do aporte de novas contribuições analíticas. Neves e Motta-Maué (2013), ao referirem-se às publicações sobre o papel das mulheres na reprodução de grupos domésticos, apontam que as interpretações se reduzem à constatação das relações de dominação/subordinação ou invisibilidade/valor da posição social.

As desigualdades de gênero na busca por pensar a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano começam a evidenciar que o conceito de trabalho doméstico, as análises sobre a execução do mesmo e a problematização sobre a divisão sexual do trabalho não eram suficientes para explicar a atuação das mulheres na atividade cotidiana. Neste sentido, no final da década de 2010, o conceito de trabalho de cuidados começa a ser mobilizado nos estudos rurais, ainda que de maneira incipiente no início, e de uma maneira mais intensa a partir de 2020, para analisar o trabalho cotidiano das mulheres rurais.

⁶ Sobre uma visão crítica sobre o conceito de gestão e as mulheres na agricultura familiar, ver (HERRERA *et al.*, 2024)

O trabalho de cuidados

Apesar da importância do trabalho de cuidados para a manutenção da vida e para compreender como as relações sociais são engendradas, tanto no interior das famílias, como na relação com o Estado e com o mercado, a preocupação com esta temática no campo das Ciências Sociais se deu apenas nas últimas quatro décadas e no Brasil, nos últimos quinze anos. As teorias sobre os cuidados se desenvolveram a partir dos anos 1980 no mundo anglo-saxão. Na França, local de produção e interlocução com importantes teóricas brasileiras, como Helena Hirata, o debate data do início dos anos 2000. Na América Central e na América Latina, por sua vez, a presença é ainda mais recente, a partir de meados da primeira década dos anos 2000, sendo que as reflexões empregadas na região recaem primordialmente sobre a experiência de mulheres urbanas.

Mesmo sendo um debate recente nas Ciências Sociais, a literatura sobre o cuidado vinha constituindo sua tradição ancorada em discussões teóricas nos campos da filosofia e da psicologia. O debate foi inaugurado por Gilligan (1982) em sua obra *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Nesta obra, a autora afirmou existir uma moral distinta entre meninos e meninas ao longo do desenvolvimento psicológico, relacionando a ética do cuidado como uma responsabilidade moral inerentemente feminina (GILLIGAN, 1982) frente à ética da justiça, essencialmente masculina

Se retornamos na contribuição de Gilligan (1982) é para destacar que a análise empregada pela autora sobre a ética dos cuidados serviu como estopim para a explosão de diversas críticas e contribuições à sua proposta. Das críticas à sua obra, o binarismo, presente na forma da ética do cuidado, é o mais atacado pelas feministas, pois, embora não tenha sido a intenção da autora, essa posição acaba por essencializar os papéis femininos e masculinos em nossa sociedade (TRONTO e FISHER, 1990). A construção de Gilligan (1982) coloca o cuidado como algo inerente às mulheres, como se a disposição para o cuidado fosse natural, posicionamento que contribui para a justificativa para o confinamento das mulheres no âmbito privado.

As norte-americanas Tronto e Fisher (1990) foram umas das autoras que questionaram a teoria de Gilligan (1982), por considerá-la essencialista e foram pioneiras em discutir a condição política da ética do cuidado. Tronto e Fisher (1990) problematizam o caráter político das relações de cuidado, afirmando que, frequentemente, as responsabilidades não são claramente estabelecidas e podem sobrecarregar um indivíduo, geralmente uma mulher, que realiza as tarefas, não por uma moral inata, e sim por atribuições que lhes foram confiadas ao longo da história. Tronto e Fisher (1990) argumentam que a atribuição específica das mulheres ao trabalho de cuidados resultou na circunscrição das mesmas em um determinado espaço ou comportamento relacionados ao lar e à família, lugar geralmente destituído de poder político.

A ética do cuidado, portanto, representa, a partir de uma visão política do cuidado, uma síntese de valores que ao olhar para a vida pessoal, social, moral e política considera que é preciso ter uma postura cuidadosa com o mundo, que afirma que todos os seres humanos precisam e recebem cuidados e cuidam de outros/as. As relações de cuidado nos marca como seres humanos. Somos sempre seres vinculados entre nós, o que estabelece uma rede de interdependência.

Para Tronto, em uma análise posterior, o cuidado não só é uma atividade da própria espécie humana para a manutenção e a preservação da espécie. O trabalho de cuidados não aparece como uma questão marginal da vida de seres humanos, mas, ao contrário, é central para a sua existência e é também uma atividade geradora de bem-estar. Tronto, a partir de suas reflexões, torna visível a centralidade do cuidado com a vida humana, compreendendo-o como relacional e social (TRONTO, 2007).

As contribuições de Tronto (2007) auxiliam na compreensão da dimensão complexa e diversa do trabalho de cuidados, pois envolve aspectos materiais, morais e afetivos e está imbricado nas relações sociais. O trabalho de cuidados remete à questão de gênero, na medida em que esta atividade está socialmente naturalizada como se fosse inerente à posição e à disposição feminina.

O fato de o cuidado constituir-se de maneira relacional, implica em refletirmos para além da dualidade provedora/receptor de cuidados. Todos precisamos de cuidados, não só porque nos primeiros anos de vida os cuidados e a atenção constantes são essenciais para a preservação da vida, mas, mais além do mito da maternidade, ao longo da vida é necessário uma série de cuidados para a manutenção da existência pessoal e para o bem-estar de todas as pessoas.

Mesmo que se dê de forma mais intensa em determinados períodos da vida, como na infância ou na velhice, várias autoras, como Carrasco (2013) e Orozco (2012), vêm afirmando que os cuidados são uma necessidade básica para todos os seres vivos. Há, portanto, um fluxo contínuo que representa os cuidados que uma pessoa necessita, envolvendo aspectos variados da vida, com graus distintos de dependência. Ao mesmo tempo, tal afirmação possibilita a ampliação das reflexões para os cuidados realizados também com outros seres não-humanos, com a natureza, as plantas, os animais, as sementes, abrindo debates sobre os cuidados socioambientais (PRÉVOST, 2019). As reflexões acerca do trabalho de cuidados têm extrapolado a esfera privada (ENGLAND e FOLBRE, 1999), podendo ser oferecido pela família, pela comunidade, por instituições sociais públicas e por meio de mecanismos de mercado.

Existe, portanto, uma indissociabilidade das dimensões ética, política e material do cuidado (MOLINIER, 2013). Como vimos acima, a dimensão ética traz o cuidado como um princípio do comportamento humano fundamental para a manutenção da vida e que, marcado pelo gênero, estabelece comportamentos próprios das mulheres e dos homens. Já a dimensão política problematiza a politização das relações de cuidados à medida em que as responsabilidades/responsabilizações são postas às mulheres, em especial as mulheres negras, migrantes, reforçando desigualdades sociais, raciais e de gênero. E a dimensão material, por sua vez, se refere à disposição prática do cuidado, ou seja, a materialidade da execução das tarefas, ao trabalho físico despendido. Tal execução de tarefas supõe a disposição de tempo e de força física em atividades como a de alimentação, higiene e saúde, nos cuidados necessários e cuidados especiais, tanto de adultos e crianças como de pessoas idosas, doentes ou com deficiência, assim como as atividades realizadas com o manejo e a gestão das águas, das terras, dos animais, em um *continuum* de cuidados socioambiental.

A discussão sobre o aspecto moral já estava presente nas reflexões acerca do trabalho de cuidados. No entanto, incorporar a dimensão material às dimensões moral e política do trabalho de cuidados permite estabelecer uma relação entre a marginalização dos cuidados, concebida como orientação moral, com a invisibilidade social das atividades de cuidados, concomitantemente ao papel desempenhado pelas executoras desse trabalho; bem como, das necessidades humanas

mais básicas, trazendo à tona a noção da vulnerabilidade inerente à condição humana. Também é um avanço passar a considerar, e estudar a realidade e o cotidiano das mulheres rurais pode contribuir bastante para isso, que o trabalho de cuidados não se dá apenas com os humanos, mas também com os não-humanos (HARAWAY, 2009, 2021), com a natureza, plantas, animais, sementes e com os territórios.

Sendo assim, em meio à polissemia do conceito e as diversas vertentes que englobam as atividades do trabalho de cuidados, analisar a experiência das mulheres rurais nestas atividades possibilita visualizar e compreender os significados dos cuidados em suas vidas e nas relações nas quais elas estão envolvidas. Também permite elucidar aspectos que não haviam sido abordados pela literatura sobre os cuidados ao focar quase que exclusivamente as análises em realidades urbanas.

Metodologia

As análises realizadas utilizam a metodologia da etnografia em duas frentes de pesquisa. A primeira frente se deu a partir do trabalho em campo durante o ano de 2018 na região do Oeste Catarinense que culminaram na tese de doutorado intitulada “A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais” (HERRERA, 2019) e, a segunda, nas reflexões a partir da participação da observação participação em diferentes eventos e espaços e entrevistas em profundidade com mulheres organizadas no GT Mulheres da ANA nos últimos cinco anos.

Neste artigo, trazemos elementos das pesquisas etnográficas realizadas pelas duas pesquisadoras, cada uma em sua pesquisa, em um campo e período específico, a partir de diferentes relações, onde pudemos, estabelecer vínculos com as interlocutoras, construir relações de confiança mútua, mergulhar nas realidades vivenciadas em busca por compreender como estas mulheres camponesas ou agricultoras familiares tinham em seus cotidiano, em suas casas, territórios ou movimentos, o cuidado como parte de suas práticas.

Percebemos ainda a etnografia como Frehse (2013), como uma forma de conhecer a vida, o campo social no qual mergulhamos, abrindo os sentidos para buscar um “diálogo para valer” com as mulheres que nos receberam em suas vidas, casas e lutas. Nesse percurso, nos colocamos com pele, olhos e ouvidos atentos, abertas para, a partir da troca, das conversas, da observação das ações individuais e coletivas, conseguir perceber os sentidos das práticas.

Para captar o significado do trabalho de cuidados destas mulheres foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação de cunho etnográfico na região Oeste de Santa Catarina, momento no qual a primeira autora acompanhou o cotidiano e pernitoou em média de 3 a 5 dias na casa de dez das agricultoras que tinham idades variadas e viviam em diferentes situações familiares com o objetivo de entender a experiência das mulheres rurais no trabalho de cuidados. Por sua vez, as reflexões no âmbito do GT mulheres da ANA foram empreendidas pela segunda autora através da observação participante em reuniões, eventos e seminários, assim como com entrevistas à agricultoras e militantes de movimento agroecológico brasileiro no âmbito da elaboração de sua tese de doutorado. Vale lembrar que,

o trabalho de campo é sobretudo uma atividade construtiva ou criativa, pois os fatos etnográficos ‘não existem’ e é preciso um ‘método para a descoberta de fatos invisíveis por meio da inferência construtiva’. (MALINOWSKI, 1935: 317)

Nesta caminhada de construção criativa para perceber os fatos invisíveis, foi recorrente a percepção do cuidado como práticas cotidianas historicamente invisibilizadas até mesmo pelas próprias mulheres que a realizavam todos os dias, com seus familiares, com a terra, as sementes, os alimentos e até consigo mesma.

Vale destacar que o GT Mulheres da ANA é um espaço de auto-organização das mulheres na Articulação Nacional de Agroecologia. Surgiu em 2002 com o objetivo de contribuir para visibilizar e valorizar o trabalho das mulheres na agroecologia. Desde o seu surgimento, o tema do trabalho das mulheres é um tema central. A partir da campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico, construída junto à Rede Agroecologia e Feminismo no Nordeste, há 10 anos, o tema do trabalho de cuidados tem sido abordado com maior destaque em espaços de reuniões, encontros e seminários, em que participam agricultoras, técnicas, professoras, estudantes e militantes do movimento feminista e de mulheres da agroecologia. O contexto da pandemia também contribuiu para que o tema dos cuidados passasse a ser debatido com mais frequência e atenção por diferentes grupos e regiões.

A experiência das mulheres rurais no trabalho de cuidados

Quando voltamos o olhar para a experiência das mulheres rurais no cotidiano fica evidente que as agricultoras são iniciadas em suas atividades domésticas e de cuidados ainda muito jovens, com cerca de sete anos de idade, e vão, gradativamente, incorporando responsabilidades ao longo de suas vidas. Quando relatam sobre a vida cotidiana, além da descrição de suas atividades, as mulheres expressam os aspectos materiais, morais e afetivos que subjazem às suas atuações em seus espaços de relações e construção da vida. É possível constatar que as mulheres rurais dedicam permanentemente seu tempo para as unidades familiares, atuando cotidianamente em prol das famílias, das plantas e dos animais e também com a comunidade, expressa principalmente em atividades vinculadas às igrejas e aos movimentos sociais.

Dentre as atividades cotidianas, os trabalhos domésticos e de cuidados envolvem serviços pessoais para outras pessoas, são atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais e afetivas e para outras demandas emocionais de cônjuges, filhos/as e pessoas idosas, doentes ou com deficiências. Além de envolver atividades para os manejos de terra, água, plantas, animais, sementes e de defesa dos territórios.

Não obstante, o trabalho de cuidados é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas geralmente é realizado junto com outras atividades domésticas (BORIS, 2014). Isso envolve as tarefas da casa, tais como cozinhar, limpar, lavar, fazer compras, dentre outras, e a subsistência pessoal, tais como dar banho, alimentar, acompanhar, transportar, tratar doenças, preservar, plantar, colher, selecionar sementes, dentre outras. Enfim, os trabalhos domésticos e de cuidados abrangem todos os trabalhos necessários à reprodução da vida cotidiana da família, dos indivíduos e seres que a compõem a unidade familiar e a comunidade. O trabalho de cuidados encontra-se entrelaçado com o tecido da vida cotidiana das mulheres.

Adicionalmente, no meio rural as atividades de trabalhos domésticos e de cuidados invariavelmente englobam os cuidados com a natureza, que incorporam os serviços no entorno da casa - o cuidado com os quintais, as hortas, os pomares e os pequenos animais, assim como com a terra, as águas e as sementes – que

também estão diretamente relacionados ao cuidado com a saúde e alimentação das famílias. Isto implica em um processo de produção de alimentos que valoriza a qualidade e a diversidade, materializando-se, geralmente, em uma produção sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e que prioriza a variedade de cultivos. Autoras como Orozco (2012) tratam estas práticas como cuidados ecológicos e destaca que além da nossa interdependência também temos uma ecod dependência dos seres humanos com a natureza.

A experiência cotidiana das mulheres tanto no trabalho doméstico como de cuidados é construída ao longo da vida, desde a infância, momento em que elas são iniciadas nos trabalhos domésticos e de cuidados, até as configurações familiares a que pertencem na atualidade. O casamento surge para as mulheres casadas como um marcador temporal na experiência com o trabalho de cuidados, pois representa o momento em que elas deixam de conviver sob a autoridade do pai e passam a conviver sob a autoridade do marido ou do sogro, que redefinem que trabalho elas devem realizar. Outro marco importante citado por elas é o nascimento dos/as filhos/as e o processo de envelhecimento de familiares, que também demandam uma série de mudanças na rotina e o aumento nos tempos dedicados aos cuidados.

Observa-se que, ao contrário da visão essencialista, que julga que realizar os serviços domésticos e de cuidados é inerente do ser mulher, a experiência do trabalho cotidiano vai sendo tecido e reconstruído progressivamente, conforme as necessidades das pessoas, dos animais, das plantas e as expectativas socialmente definidas, tanto no âmbito familiar quanto comunitário, aspecto destacado pelas próprias agricultoras, que relatam como foram aprendendo as atividades, a exemplo dos cuidados com as pessoas (crianças, maridos, pais, doentes, idosos/as) e também com plantas e animais, como no caso de que uma praga acometer as plantações ou um animal contrair alguma doença, além da promoção de práticas de bem-estar dos animais. Na execução das tarefas cotidianas elas sentem as pressões éticas e morais da atenção, da responsabilidade, do afeto e da obrigação. O sentimento de culpa aparece também em contraponto à noção de responsabilidade, destacando como o cuidado não é necessariamente um aspecto positivo da vida, mesmo podendo ser marcado por afetos, carinhos e alegrias, também está carregado de pesos e dores físicas e psicológicas.

Foi possível perceber nas observações e relatos como os cuidados são construídos de modo relacional, em uma rede de interdependências estabelecida entre os/as agricultores/as familiares e seu entorno. Nesta rede de interdependência é notável como as configurações sociais em que estão inseridas afetam a experiência das mulheres no trabalho reprodutivo quando, por exemplo, vemos que a herança da terra passada apenas para os filhos homens impossibilita a autonomia econômica das mulheres e intensifica a carga de trabalho cotidiano das mulheres. Vemos como as mulheres que têm filhos menores têm menos tempo dedicado ao trabalho produtivo, como mostram as análises das Cadernetas Agroecológicas⁷ (FIDA, 2020); que quando há doentes ou idosos/as tanto no núcleo familiar quanto nas famílias entendidas são elas que deixam de trabalhar nas suas hortas ou quintais, ou mesmo nos roçados, para se dedicar aos trabalhos de cuidados.

⁷As Cadernetas Agroecológicas é uma metodologia política-pedagógica construída pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), de Minas Gerais, e difundida e acompanhada pelo GT Mulheres da ANA. Sobre a relação entre quantidade de filhos menores e menor renda, ver página 89 da seguinte publicação: cadernetas-agroecologicas-e-as-mulheres-do-semiarido-de-maas-dadas-fortalecendo-a-agroecologia-338.pdf

Também é possível perceber como operam as desigualdades raciais, pois as mulheres negras ou caboclas são mais sobrecarregadas que as mulheres brancas (HERRERA, 2019).

Outro aspecto importante identificado no campo foi a presença ínfima de instituições públicas de apoio ou realização do trabalho de cuidados nos territórios, assim como é incipiente a oferta destes serviços no mercado local, principalmente no que se refere aos cuidados com idosos/as e pessoas com deficiências. De fato, a oferta de creches, hospitais, casas de repouso, dentre outras instituições, é bastante limitada no meio rural o que faz com que o provimento do trabalho de cuidados seja desempenhado eminentemente no âmbito familiar pelas mulheres, inclusive extrapolando para o âmbito da comunidade, uma vez que o envelhecimento da população rural é uma realidade e é comum ver mulheres auxiliando nos cuidados de idosos/as ou deficientes de outras famílias das suas localidades, como ouvimos nos depoimentos de agricultoras do Oeste de Santa Catarina e as acompanhadas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTAZM), integrante do GT Mulheres da ANA, no âmbito do Projeto GENgiBRE⁸.

Uma estratégia mencionada pelas agricultoras, realizada por membros de suas famílias, é a migração definitiva ou temporária para as cidades, no momento de vida que necessitam de mais acesso a serviços de cuidados, sejam eles públicos, como hospitais, ou mesmo não remunerados, exercidos por familiares que vivem nas cidades, deixando de lado as atividades domésticas, de cuidados e produtivas em seus locais de origem. A população rural, quando permanecem em seus territórios, ficam circunscritas às possibilidades do entorno, que majoritariamente tem relação com os cuidados exercidos por outras mulheres da família ou da comunidade, que se deslocam até unidades familiares vizinhas para cuidar de pessoas que necessitam. A saída das juventudes do campo também é um elemento de tensão, visto que geralmente são as filhas jovens mulheres que dão suporte às mulheres adultas nos trabalhos domésticos e de cuidados.

Verificamos que, apesar de estar se consolidando como uma abordagem mais holística sobre os cuidados, o arcabouço teórico utilizado para compreender as vicissitudes do trabalho de cuidados acabam por desconsiderar os cuidados para além das relações entre os indivíduos. A própria concepção de Tronto e Fisher (1990) considera que os cuidados extrapolam as relações interpessoais englobando também a relação com a natureza, porém, este tipo de particularidade não tem sido evidenciado pelas pesquisadoras da área. Acreditamos que isso ocorre pelo fato de serem os estudos sobre os cuidados majoritariamente pautados em realidades urbanas e as mulheres da cidade manterem uma menor interação cotidiana com animais e plantas.

Esta é uma particularidade constitutiva da compreensão dos cuidados quando analisamos o cotidiano de mulheres rurais, pois, além de serem responsabilizadas pelos cuidados com as pessoas, elas também dependem cuidados com a terra, a água, os animais e as plantas e com a defesa do território. Cotidianamente exercem atividades como: ficar atentas ao estado de saúde de animais e administrar o tratamento necessário; verificar as necessidades de nutrientes para as plantas, o momento correto de colheita e da poda, a salvaguarda de sementes

⁸ O Projeto de pesquisa-ação GENgiBRE “Relação com a natureza e igualdade de gênero - Uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil” foi realizado pelo IRD/França, com a UFV, o CTAZM e a SempreViva Organização Feminista (SOF) teve como objetivo compreender a relação que as agricultoras agroecológicas têm com a “natureza” e o papel que esta relação pode desempenhar em seu engajamento em defesa da sua visão de território e contra as discriminações. O GT Mulheres da ANA foi parceiro dessa pesquisa-ação. Para saber mais, acessar o site: GENgiBRE.

e diversidade de plantio, principalmente nos quintais produtivos; manter a riqueza e beleza da paisagem através da preservação da natureza; coletar água em locais com dificuldade de acesso à água encanada ou sem cisternas próximas às casas e fazer a gestão do uso das águas para consumo humano e para a produção; manter diversidade de frutas, verduras, legumes e animais de pequeno porte, para garantir alimento para a própria família e animais, sendo aporte fundamental para a soberania e segurança alimentar e nutricional; lutar pela preservação da natureza em seus territórios frente às ações do agronegócio, da mineração e a chegada de grandes empresas como os parques eólicos e as fazendas solares, como chamam atenção as agricultoras da Marcha das Mulheres pela Vida e pela Agroecologia do Polo da Borborema/PB (CARTA POLÍTICA, 2025), dentre outras atividades cotidianas que extrapolam a relação entre humanos e incorporam as relações entre humanos e não humanos.

Como responsáveis pelos cuidados das plantas e dos animais, além dos cuidados com os humanos, elas se defrontam com uma jornada ainda mais intensa de trabalho cotidiano. Os cuidados na unidade familiar exigem atenção e dedicação constante das mulheres, impossibilitando, inclusive, que permaneçam muitas horas fora da unidade familiar. Observamos situações em que as mulheres têm que retornar antes de atividades na comunidade para suprir as necessidades de cuidados de familiares, das plantas e dos animais.

Nesse percurso, percebemos que uma melhor compreensão sobre os cuidados se dá de forma mais profunda quando alteramos nosso foco analítico para a experiência das mulheres. Se olhássemos apenas pelo ponto de vista do agricultor homem, como a maioria das pesquisas no meio rural brasileiro, sobre as atividades produtivas provavelmente ficaria evidente apenas as questões econômicas e agrícolas envolvidas, como o valor do investimento, o preço do produto no mercado, a qualidade do solo ou a estrutura do terreno. No entanto, ao dar atenção para a experiência das mulheres rurais e observar o cotidiano delas fica evidente que os cuidados são um eixo estruturante da vida das pessoas, e neste sentido, precisa ser considerada, pois o trabalho de cuidados é uma atividade que transborda o espaço da casa e é ampliado para a relação entre humanos e não humanos e o território no meio rural.

Considerações finais

O estado da arte brasileiro sobre o trabalho de cuidados nos mostra um campo de pesquisa latente que vem crescendo e ocupando espaço em diferentes áreas do conhecimento, como nas áreas da sociologia, da política, da saúde e da filosofia. Embora a discussão seja de extrema importância para a compreensão do trabalho e da vida das mulheres, ainda há uma predominância de estudos da temática a partir da realidade das mulheres urbanas, deixando de lado a realidade de mulheres que vivem no meio rural.

Considerando que o cuidado é um fato, que se concretiza em ações e práticas no cotidiano das pessoas, confirmamos com esta pesquisa que ele é um elemento organizador das relações sociais e define e orienta a vida tanto de quem a realiza quanto de quem recebe o cuidado.

De fato, os cuidados não se resumem a um produto acabado, mas consubstancia-se nas relações entre pessoas e destas com outros seres vivos, como animais e plantas. Realiza-se, então, não apenas em uma etapa determinada do ciclo da vida, mas ao longo de toda a vida, podendo mudar a intensidade em diferentes etapas ou circunstâncias, dependendo do grau de vulnerabilidade das pessoas,

dos animais, das plantas e dos territórios. Assim, o cuidado não se limita a ter um objetivo específico que não se direciona para a produção de um serviço ou de um bem, mas antes, e de forma mais relevante, possibilita as relações interdependentes entre seres humanos e não-humanos e relações ecodependentes. Para além de visar as necessidades que se pretende satisfazer, o cuidado geralmente é impulsionado por uma motivação construída com base nas relações e realizadas a partir de práticas cotidianas o ato de cuidar mediadas pelo afeto e/ou à obrigação e responsabilidade socialmente estabelecida.

Recebido em 31 de maio de 2025.

Aprovado em 20 de dezembro de 2025.

Referências

AMORIM, Domingos Isaias Maia; BACHA, Carlos José Caetano. Mudanças no meio rural brasileiro na segunda década do século XXI. *Economia e Sociedade* 31 (3), 2022.

BLAY, Eva. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. *Cadernos de Pesquisa*, 15: 8-20, 1975.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução: casa e trabalho. *Tempo Social*, 26 (1): 101-21, 2014.

CARNEIRO, Maria José. Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo. *Anais do V Encontro da ANPOCS*. Friburgo, 1981.

CARRASCO, Cristina. El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 31 (1): 39-56, 2013.

CARTA POLÍTICA. 16º Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia. 2025.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Estudos Feministas*, 15 (2): 419-23, 2007.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 17: 99-119, 2015.

ENGLAND, Paula; FOLBRE, Nancy. The cost of caring. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 1999.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). *Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados*

pele FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador : Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020.

FREHSE, Fraya. A rua no Brasil em questão (etnográfica). *Anuário Antropológico*, 38 (2): 99-129, 2013

GILLIGAN, Carol. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University, 1982.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*. 28 (1): 115-124, 2016.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”. In: TADEU, T. (org.). *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

HARAWAY, Donna. *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. São Paulo: Cosac Naify, 2021.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

HERRERA, Karolyna Marin. *A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais*. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciência Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HERRERA, Karolyna Marin; DESCONSI, Cristiano; BIROCHI, Renê; PACÍFICO, Daniela Aparecida. Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62 (3), 2024.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. *Debate e Crítica*, X (X) 1975.

MOLINIER, Pascale. *Le travail du care*. Paris : La Dispute, 2013.

NEVES, Delma Pessanha; MOTTA-MAUÉS, Angélica. Apresentação. In: NEVES, D; MEDEIROS, L. (orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

OROZCO, Amaia Pérez. “Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico”. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). *Análises feministas: um outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.

PAULILO, Maria Ignez. *O trabalho da mulher no meio rural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade de São Paulo, 1976.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, 5 (28): 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC. 383 p. 2016

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, 24 (1): 77-98, 2005.

PRÉVOST, Héloïse. « Pour un empowerment socio-environnemental : sociologie d'un mouvement féministe alternatif au Brésil ». In: *Sociologie*. Toulouse: Université Toulouse le Mirail II, 2019.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres e trabalho feminino rural: pesquisa no banco de teses da Capes (1987-2010). *Anais do seminário de Ciências Sociais Aplicadas*, 3 (3), 2012.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2): 71-99, 1995.

TRONTO, Joan C. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, 22 (2): 285-308, 2007.

TRONTO, Joan C.; FISHER, Berenice. "Toward a feminist theory of caring". In: ABEL, E.; NELSON, M. (eds.). *Circles of care*. Albany: SUNY Press, 1990. pp. 36-54.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2011.

WOORTMANN, Ellen. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sítiantes do nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 1995.

VOLUME 13
NÚMERO 33
(SET./DEZ.2026)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

ÉTNOGRAFIA, ESCRITA DE SI
E ESCRITA ENTRE OS SEUS:
EXPERIMENTAÇÕES,
DESAFIOS
E POTENCIALIDADES

COORDENADORXS:

DR. DR. LEANDRO DE OLIVEIRA (UFMG)

DR. DR. FELIPE TUXÁ SOTTO MAIOR CRUZ (UFBA)

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE JULHO
DE 2026

33

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso